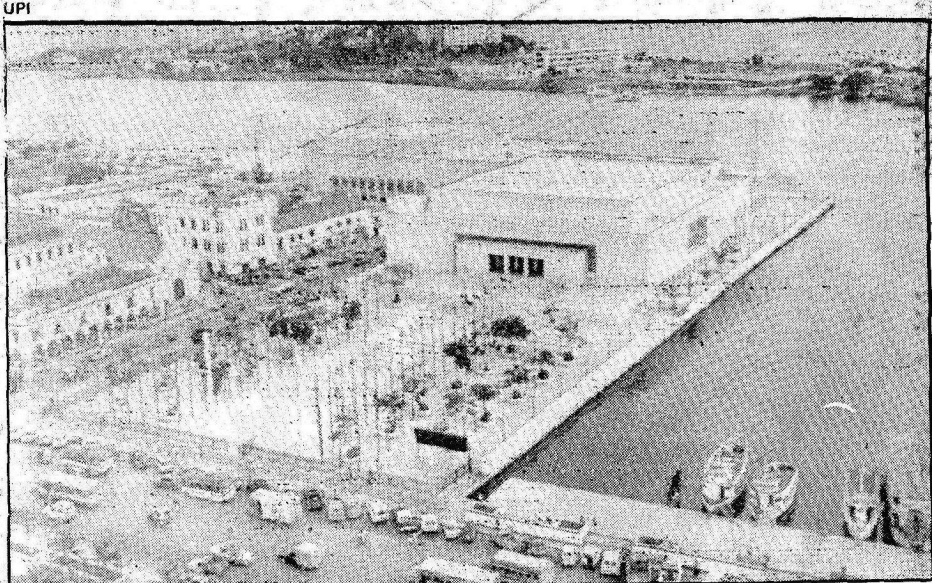




Uma cidade quente, à beira mar, é a Cartagena que receberá os ministros

Cartagena tenta evitar moratória e isolamento

Cartagena — Um meio termo entre uma moratória conjunta e a atual situação de isolamento dos diversos países. Essa é a proposta de declaração conjunta que deverá ser apresentada aos ministros da Fazenda e das Relações Exteriores pelos técnicos já reunidos em Cartagena em sessões preparatórias da conferência sobre o endividamento latino-americano, que começa hoje, reunindo representantes de 11 países. Os ministros Ernane Galvêas e Saraiva Guerreiro, que viajaram ontem, já chegaram para a reunião.

A conferência, que durará dois dias, e terá início oficial hoje na cidade caribenha de Cartagena, está altamente comprometida a realizar um acordo em programas concretos de ação para reduzir a carga do pesado débito externo que pesa sobre as economias dos países latino-americanos.

A maioria das nações — como Argentina, Brasil e México — está enviando dois ministros, um da área financeira e outro das Relações Exteriores. Uma atitude que expressa um comprometimento político que não aceitará encerrar a conferência de “mãos abando”.

A proposta colombiana apresentada à comissão técnica pede para se impor uma fórmula comum a todas as nações latino-americanas endividadadas que permita chegar ao equilíbrio e à estabilidade social e econômica. O ministro colombiano das Finanças, Edgar Gutierrez Castro, disse ontem que a comissão técnica tem o objetivo de elaborar recomendações técnicas sobre os mecanismos a serem adotados para fazer frente a crise ao mesmo tempo que se possa cumprir as obrigações anteriormente assumidas com os banqueiros internacionais.

Sintonizada com a preocupação geral dos vários chanceleres que já estão em Cartagena de “mane-

jar com muita prudência” as conclusões finais para evitar eventuais tropeços com os banqueiros internacionais, a proposta colombiana enfatiza que “os países devedores não devem agrupar-se para renegociar suas dívidas as quais aceitaram livre e soberanamente”.

O anteprojeto da proposta diz o seguinte: “A América Latina considera que a solução comedida e responsável do problema da dívida externa deve preservar não-somente os objetivos de estabilidade e crescimento dos países em desenvolvimento, como também a credibilidade e eficiência do sistema financeiro internacional e do sistema bancário mundial que contribuiu com importantes recursos ao desenvolvimento regional”.

Segundo esta posição oficial da Colômbia, “o colapso do sistema bancário internacional seria a consequência mais drástica de uma solução irresponsável a um problema que se considera manejável dentro de um entendimento sadio entre credores e devedores”.

Também essa tendência moderada foi externada pelo ministro da Economia argentino, Bernardo Grispun, que declarou ontem em Buenos Aires que durante a conferência se procurará estabelecer metas comuns entre os devedores

para realizarem o pagamento das dívidas externas. Confirmou também que, desse conclave, não surgirá — como foi anunciado — um clube de devedores que negociará em conjunto as novas formas de pagamento de suas enormes dívidas.

A posição da Argentina está sendo aguardada com muita ansiedade porque terá um peso fundamental no andamento dos trabalhos. A dívida total dos argentinos, segundo informou Grispun, chega hoje aos 41 bilhões de dólares, atrás somente das dívidas do México e do Brasil. O governo argentino apresentou há duas semanas uma nota ao FMI na qual propunha uma renegociação unilateral de seu débito.

O governo argentino também tem um prazo final até o último dia deste mês para pagar uma parcela de sua dívida, em torno de 300 milhões de dólares, referentes ao empréstimo realizado por quatro países latino-americanos, entre eles o Brasil, para solucionar o problema dos juros vencidos de sua dívida principal. O governo dos Estados Unidos retirou a semana passada o aval que entregaria os 300 milhões de dólares caso o governo argentino aceitasse entrar em acordo com uma missão do FMI.